Nota de Enquadramento à Bibliografia

A bibliografia indicada para a prova de conhecimentos foi definida com base nos principais temas, âmbitos de atuação e enquadramentos legais associados ao perfil de Técnico de Educação Social.

Deve ser entendida como uma base de suporte à preparação dos/as candidatos/as, não como uma reprodução literal de todas as situações, opções de resposta ou formulações constantes da prova.

Tratando-se de uma prova com alguma componente de aplicação prática, as questões avaliam a capacidade de mobilizar conhecimentos técnicos, interpretar cenários profissionais e aplicar princípios de atuação de forma fundamentada. Assim, algumas respostas podem exigir a articulação entre diferentes referências, conhecimento académico de base e raciocínio técnico aplicado ao contexto.

A bibliografia apresentada constitui, portanto, uma orientação relevante para o estudo, mas não substitui o domínio global das matérias nem a capacidade de aplicação prática exigida para o desempenho da função.

Bibliografia parte comum

• Constituição da República Portuguesa (CRP)*

• Lei Geral do Trabalho em Funções Pública (LGTFP) *

• Novo Código do Processo Administrativo (CPA) *

*Nas respetivas versões atuais

Bibliografia por Perfil
Técnico de Educação Social

• Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional. (2017). *Orientação ao longo da vida nos Centros Qualifica: Guia metodológico*. ANQEP.

• Assembleia da República. (1999). *Lei n.º 147/99, de 1 de setembro: Lei de proteção de crianças e jovens em perigo*. Diário da República.

• Associação dos Profissionais de Serviço Social. (2018). *Código deontológico dos assistentes sociais em Portugal*. APSS.

• Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social. (2021). *Código deontológico do/a técnico/a superior de educação social*. APTSES.

• Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Harvard University Press.

• Council of Europe. (2023). *Compass: Manual for human rights education with young people (2nd ed., updated in 2023)*. Council of Europe Publishing.

• Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2022). *Portaria n.º 62/2022, de 31 de janeiro: Regula a criação e o regime de organização e funcionamento dos centros especializados em qualificação de adultos*. Diário da República, 1.ª série, n.º 21, 20–31.

• Epstein, J. L. (2018). *School, family, and community partnerships: Preparing educators and improving schools (2nd ed.)*. Routledge.

• European Commission, Directorate-General for Education and Culture. (2015). *A whole school approach to tackling early school leaving: Policy messages*. Publications Office of the European Union.

• European Commission. (2004). *Project cycle management guidelines*. European Commission.

• OECD. (2012). *Equity and quality in education: Supporting disadvantaged students and schools*. OECD Publishing.

• Pereira, F. (Coord.), Crespo, A., Trindade, A. R., Cosme, A., Croca, F., Breia, G., Franco, G., Azevedo, H., Fonseca, H., Micaelo, M., Reis, M. J., Saragoça, M. J., Carvalho, M., & Fernandes, R. (2018). *Para uma educação inclusiva: Manual de apoio à prática*. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação.

• Presidência do Conselho de Ministros. (2007). *Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro: Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento*. Diário da República.

• Presidência do Conselho de Ministros. (2018). *Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho: Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva*. Diário da República.